

Religião e mentira: distorções e verdades na história do cristianismo

RELIGION AND LIES: DISTORTIONS AND TRUTHS IN THE HISTORY OF CHRISTIANITY

*Dora Incontri**

RESUMO

O artigo examina a relação entre verdade e mentira na história do cristianismo, argumentando que a "verdade" oficial foi frequentemente construída através da supressão violenta de narrativas dissidentes e da imposição dogmática. A mentira foi instrumentalizada como ferramenta de poder, desde a condenação de heresias como o arianismo nos primeiros concílios, passando por calúnias para incriminar opositores, até a distorção da figura do Jesus histórico em um Cristo imperial. A tensão entre o projeto de poder religioso e a busca pela mensagem original de Jesus persists, exemplificada atualmente pelo conflito entre a Teologia da Libertação, que enfatiza a justiça social, e a Teologia do Domínio, que defende um projeto teocrático fundamentalista. O texto conclui que a mentira é uma tensão estrutural no cristianismo, entre a mensagem libertadora de Jesus e sua institucionalização em estruturas de poder.

PALAVRAS-CHAVES: Cristianismo; Mentira; Ortodoxia; Heresia; Teologia do Domínio

ABSTRACT

The article examines the relationship between truth and falsehood in the history of Christianity, arguing that the official "truth" was often constructed through the violent suppression of dissenting narratives and the dogmatic imposition of power. Lying was instrumentalized as a tool of power, from the condemnation of heresies like Arianism in the early councils, through slander to incriminate opponents, to the distortion of the historical Jesus into an imperial Christ. The tension between the religious power project and the search for Jesus's original message persists, currently exemplified by the conflict between Liberation Theology, which emphasizes social justice, and Dominion Theology,

* Coordenadora e professora da Universidade Livre Pampédia (ULP), Bragança Paulista, São Paulo, Brasil; dora.incontri62@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/1348065394136777>

which advocates for a fundamentalist theocratic project. The text concludes that falsehood is a structural tension in Christianity, between Jesus's liberating message and its institutionalization into power structures.

KEYWORDS: Christianity; Lie; Orthodoxy; Heresy; Dominion Theology

Introdução

Uma crítica filosófica da mentira pressupõe necessariamente alguma referência a um conceito de *verdade*. Mas que verdade? A clássica, aristotélica, de correspondência com a realidade, portanto com a admissão de uma objetividade do real? Ou no outro extremo, uma dissolução completa de qualquer objetividade – e, portanto, de verdades possíveis – escorregando-se para um niilismo epistemológico, à maneira de Pirro ou de alguns pós-modernos?

Pode-se adotar um certo realismo epistemológico, com o relativismo histórico necessário, entendendo-se então a verdade como algo que vai se fazendo e refazendo no tempo, no campo das ciências naturais, com mais rigor experimental; no campo das ciências humanas, com mais articulação filosófica.

E a mentira, nesse caso, o que significa, além de um ato simples e intencional de dizer algo que é falso? Podemos matizar o conceito, como uma distorção da verdade, uma traição aos fatos ou a uma pessoa, um exagero ou um amesquinhamento. Uma calúnia é uma mentira. A narrativa tortuosa de uma história, de uma vida, é uma mentira. A indução proposital à ilusão coletiva também é uma mentira.

E quando tais questões se transferem para o campo da religião? Justo um *locus* de supostas verdades absolutas, onde tantas vezes, o simples questionamento de tais verdades já levou tantos à perseguição e à morte?

De que religião, porém, falaremos, se vamos adentrar na disputa entre mentiras e verdades, senão do cristianismo, que conforma a nossa cultura ocidental, que enraíza majoritariamente a fé brasileira, com 85% de seguidores, entre católicos, evangélicos e espíritas (segundo dados do último censo do IBGE de 2022)?

Assim, está posto que este artigo tratará do cristianismo ou, antes, dos cristianismos a partir da figura histórica de quem lhe deu o nome: Jesus de Nazaré. E a verdade que poderemos perscrutar, para mapear as mentiras que se impõem em seu nome, é sempre uma verdade histórica, construída e tantas vezes reconstruída nesses dois mil anos de seu nascimento. A mentira na história do cristianismo se manifesta assim, como demonstraremos, na construção impositiva de dogmas e ao mesmo tempo no uso das armas de calúnia e condenação aos que se opunham a esses dogmas.

Não há objeção atual contra a existência histórica de Jesus. Temos as fontes não cristãs, Flávio Josefo (1990) e Tácito (2022), e as cartas de Paulo, que são os primeiros escritos cristãos, 10 anos após a morte do rabi judeu.

As evidências históricas da existência de Jesus, que foi crucificado e deflagrou um movimento, chamado cristão, não nos eximem das polêmicas sobre o significado de seus ensinos e nem se mostra fácil desentranhar sua figura da história mítica e das especulações teológicas que se adensaram em torno de sua vida e de suas palavras, que não foram escritas por ele próprio. As cartas de Paulo, que são os primeiros textos sobre Jesus de Nazaré, já trazem precocemente a elaboração de uma teologia, até hoje aceita pela maioria dos cristãos. A tese de que Jesus teria nascido para redimir a humanidade do pecado original, com o sacrifício de sangue na cruz é a viga mestra da teologia paulina e plenamente compartilhada pela quase totalidade da cristandade, desde então. A dita missão salvífica de Cristo é a marca paulina da

teologia cristã, a ponto de muitos pesquisadores afirmarem que Paulo foi o fundador do cristianismo.

A partir das palavras do próprio Jesus em João (8:32) de que “conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”,¹ – em que pese o já presente amálgama da narrativa joanina com elementos da filosofia grega – percorramos um caminho tortuoso de mitos, pesquisas históricas e de interpretações das mais dogmáticas às mais radicalmente *heréticas*, analisando, na medida possível de um artigo, o que se pode apalpar de verdade da vida e das palavras do nazareno e o que de obscuras e interessadas mentiras se cumularam nos séculos de dominação cristã do mundo ocidental. E, mais, como essas construções de dominação ressurgem em pleno século XXI, quando se opõem explicitamente a todas as conquistas da ciência, que – presume-se – tem uma objetividade muito próxima de um conceito de verdade.

1. Escrituras, doutrinas, ortodoxia e heresias

Bart D. Ehrman, em sua obra *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?*, como em outros livros seus, apresenta minuciosa pesquisa dos textos do Novo Testamento, realizada em múltiplos manuscritos antigos, sobre o que de fato Jesus teria dito e o que seria adaptação, rescrita, adições de copistas, mudanças casuais ou bem pensadas, a partir de diferentes correntes do cristianismo primitivo. Já nos Evangelhos, ditos Canônicos, – e nos Apócrifos mais tarde tal se dá de maneira mais evidente –, há visões diversas de Jesus, representando cada qual uma certa tendência dos cristãos do século II, considerando-se que não chegou até nós nenhum manuscrito do século I. A narrativa de Marcos, por exemplo, mostra um Jesus muito humano, que chora e demonstra

1 Todas as citações bíblicas são feitas aqui da Bíblia de Jerusalém (2002).

raiva. Nada há de mítico neste Evangelho, nem fecundação do Espírito Santo, nem nascimento em Belém, nem reis magos. Já ao contrário, em Lucas, conhecemos um Jesus quase impassível. E as histórias míticas são fartas. Em Mateus, aparece também o elemento do nascimento milagroso de Jesus, embora nesse Evangelho esteja o grande tesouro da mensagem de Cristo: o Sermão da Montanha, com suas proposições éticas. Em João, o quarto Evangelho, e mais discrepante em relação aos três sinóticos, há discursos com maior lastro filosófico.

Seja, porém, na boca de um Jesus mais humano ou mais divinizado, seja uma narrativa mais arraigada ao judaísmo como em Mateus e Marcos, ou mais alargada para o mundo pagão, como em Lucas e João, há uma linha de coerência nas narrativas que define os traços importantes da vida de Jesus – aparição na vida pública, pregação, interação amorosa com o povo e oposição às elites religiosas de então, seguido por homens e por mulheres – o que era uma novidade – prisão, condenação, morte na cruz e, em todos, a ressurreição, como se queira interpretar esse episódio. Há ainda uma consonância de princípios éticos, revolucionários nas sociedades judaica e greco-romana de então, e pouco incorporados até hoje entre os que se dizem cristãos. E há o anúncio de um Reino, conceito seminal, que tem levantado interpretações extremas. Portanto, encontramos sim uma verdade palpável, histórica, que podemos rastrear em suas múltiplas apreensões, dentro de contextos econômicos, sociopolíticos temporais e nas falas subjetivas ou institucionais interessadas no poder ou ainda nas práticas sinceras dos que se alinham ao mestre de Nazaré.

Os primeiros 300 anos de cristianismo são um repositório histórico essencial para o entendimento de como se constituiu essa que é ainda a maior religião do planeta, em suas diversas denominações, ameaçada em breve de perder sua hegemonia numérica pelo rápido crescimento do islamismo. Pode-se falar de um cristianismo nuclear, que

unifica os inúmeros cristianismos – católicos, protestantes das mais diferentes denominações, ortodoxos, também segmentados, mas seguidores desse mesmo núcleo. Não se esgota, porém, essa classificação. Entre os que se consideram cristãos, em número muito minoritário, e não muitas vezes aceitos como tais pelo cristianismo hegemônico, estão os unitaristas, que rejeitam a ideia da divindade de Jesus. Entre eles, estão mórmons, testemunhas de Jeová, Igrejas unitaristas, espíritas cristãos kardecistas, apesar das profundas diferenças entre todas essas correntes. Entre individualidades célebres que partilharam a visão unitarista, contam-se: Isaac Newton, Giordano Bruno e o médico espanhol Miguel Servet, os dois últimos mortos na fogueira pela heresia de negarem a concepção trinitária de Deus, com sua consequente divinização de Jesus. Bruno pela Igreja católica, Servet pelos calvinistas em Genebra, com o apoio do próprio Calvin.² Bruno se alinhava ao heliocentrismo e à ideia de um universo infinito, além da sua negação dos dogmas católicos.

Não é aleatória essa referência acima aos opositores de uma visão trinitária de Deus e, portanto, do entendimento de Jesus como uma das pessoas dessa Trindade, no exame histórico das interpretações a respeito do nazareno. Durante os primeiros três séculos de cristianismo, os maiores debates e confrontos teológicos foram justamente a respeito da natureza do Cristo.

Uma importante obra para compreendermos o desfecho desses primeiros 300 anos é *História Eclesiástica – os primeiros quatro séculos da Igreja cristã* de Eusébio de Cesareia (2000), encomendada pelo imperador Constantino – o que se convertera à religião cristã e começara

2 A visão cósmica de Giordano Bruno não se coadunava com a ideia de um Deus encarnado no minúsculo planeta Terra. Diz ele: “Assim se enaltece a exceléncia de Deus, se manifesta a grandeza de seu império: não se glorifica num, mas em inumeráveis sóis; não numa terra, num mundo, mas num milhão, antes, em infinitos.” (Bruno, 1984, p. 20).

a interferir fortemente na organização da Igreja. Mas que Igreja? Uma ortodoxia já se estabelecera – a católica. Eusébio menciona em sua *História*, pelo menos vinte *heresias*. Entretanto, não faz uma única referência à maior e mais popular de todas elas: o arianismo. Ao que parece, ele mesmo fora simpático a essa facção, mas coagido pelo Imperador, a abandonara a ponto de sequer nomear Arius entre os grandes heresiarcas dos primeiros séculos. Menciona, porém, Teódoto, Artemon e Paulo de Samósata, que já anunciam a ideia principal do arianismo: o adocionismo, segundo a qual, Jesus teria sido adotado como filho, por Deus, pela excelência de suas virtudes, mas não seria o próprio Deus.

A obra definitiva sobre essa querela entre arianismo e catolicismo, representados respectivamente pelo próprio Arius (256-336) e por Atanásio de Alexandria (296-373) é a pesquisa histórica de Richard E. Rubenstein, *Quando Jesus se tornou Deus* (2001). Nela, aprendemos que o arianismo não era uma seita herética marginal, mas uma igreja organizada, com seus próprios bispos e boa representatividade entre os cristãos. E mais, que a luta entre arianos e católicos foi dura, intensa, violenta, com agressões mútuas e mortes. O Concílio de Niceia (325), convocado pelo imperador Constantino, decidiu pela visão católica da natureza de Jesus, condenando a visão ariana, antitrinitária, com o anátema. Depois, Constantino tentou reabilitar Arius, mas prevaleceu a decisão do Concílio de Nicéia.³ Para uma religião que estava se

3 Sobre esse episódio histórico, Allan Kardec, fundador do espiritismo francês, discorre num texto publicado postumamente “Estudo sobre a natureza de Jesus”: “Se o símbolo de Nicéia, que se tornou o fundamento da fé católica, fosse conforme o espírito do Cristo, para que o anátema final? Não é isto a prova de que é obra da paixão dos homens? A que se deve a sua adoção? A pressão do Imperador Constantino, que fez dele uma questão mais política do que religiosa. Sem sua ordem não se teria realizado o Concílio e sem a sua intimidação é mais do que provável que o arianismo tivesse triunfado. Dependeu, pois, da autoridade soberana de um homem, que não pertencia à Igreja, que reconheceu

amalgamando a um império, era mais óbvio que tivesse um ser divino como seu fundador. E mais de um milênio depois, Servet e Bruno morreriam por isso.

Nos primeiros 300 anos de intensas disputas de narrativas, sobre a interpretação da natureza de Jesus, de sua mensagem e do significado de sua vida, havia um pluralismo no seio do cristianismo, que foi sendo paulatinamente abolido, pela imposição crescente de uma ortodoxia, cuja primeira consolidação oficial foi justamente o Concílio de Nicéia. Entretanto, como nos instrui Paul Johnson, em *História do cristianismo* já antes mesmo do concílio, havia a prática das calúnias morais contra os heréticos. A respeito, diz:

Vale, destarte, uma sinistra Lei de Goebbels para as primeiras controvérsias cristãs: quanto maior a difamação, maior a mentira. Em uma carta circular para os bispos em cerca de 324, o bispo Alexandre de Alexandria escreveu, sobre os arianos:

“Movidos pela avareza e ambição, esses tratantes estão constantemente conspirando para apropriar-se das dioceses mais ricas (...) são enlouquecidos pelo diabo que neles age (...) enganadores habilidosos (...) planejaram uma conspiração (...) propósitos vis (...) equiparam bandos de ladrões (...) organizaram uma quadrilha para combater Cristo (...) incitam desordeiros contra nós (...) persuadem as pessoas a perseguirem-nos (...) suas mulheres imorais (...) as seguidoras mais jovens correm pelas ruas em trajes indecentes e desacreditam o cristianismo (...).” (Johnson, 2001, p. 67).

Qual a relevância desta disputa teológica, aparentemente mera especulação, na constituição da história do cristianismo e sua influência na cultura ocidental? Ouçamos os arianos, que depois de banidos do império, foram se abrigar entre os ostrogodos, visigodos e entre os antigos árabes. A obra de Rubenstein nos coloca na trilha de compreensão do que estava em jogo:

mais tarde o erro que cometera e que procurou voltar atrás conciliando os partidos, não sermos hoje arianos em vez de católicos, e não ser hoje o arianismo a ortodoxia e o catolicismo a heresia.” (Kadec, 1971, p.117-118).

Mas como alguém poderia ser cristão, sem acreditar que Cristo é o próprio Deus encarnado? Os arianos tinham uma resposta. Na visão deles, Jesus Cristo era uma pessoa com dotes morais tão sublimes que Deus o adotou como Seu Filho e o sacrificou para redimir a humanidade do pecado, e o ressuscitou dos mortos para garantir sua condição divina. Devido à sua transcendência, Ele se tornou para nós um modelo de comportamento irrepreensível. E por mérito próprio recebeu como prêmio a imortalidade, o mesmo prêmio que seria concedido aos outros seres humanos, desde que tomassem Cristo como seu modelo de virtudes. Segundo a perspectiva ariana, Jesus não poderia ser Deus, já que Deus, sendo perfeito por natureza, era inimitável. Por contraste, a virtude transcendente de Cristo, conseguida por meio de repetidos exercícios de sua força de vontade, era acessível para nós todos (pelo menos potencialmente). Mesmo estando longe do seu padrão imaculado, seu triunfo sobre o egoísmo, mostra que nós também podemos nos tornar filhos e filhas de Deus. (Rubenstein, 2001, p. 26).

Como se vê, um dos questionamentos dos arianos era sobre a possibilidade de nos inspirarmos nas virtudes – portanto, na proposta ética – de Jesus. Quanto mais deificado, mitificado, distanciado dos simples mortais, mais inacessíveis seus ensinos de fraternidade, caridade, perdão, amor aos inimigos e outros mandamentos morais, que até hoje muitos cristãos consideram utópicos e impraticáveis. Um século mais tarde, outro teólogo, o bretão Pelágio (350-423), também seria banido e perseguido, por considerar que através de seu esforço, o ser humano poderia chegar perto da perfeição. Agostinho foi seu principal opositor. O mesmo Agostinho que inspiraria, mil anos depois, Lutero e Calvino no extremo pessimismo em relação à perfectibilidade humana.

O cristianismo foi assim caminhando por doutrinas depreciativas da humanidade, com ênfase no pecado original e na graça gratuita e sempre maior dependência dos rituais e da intermediação sacerdotal para a conquista da salvação. E o otimismo de Jesus vai desaparecendo das doutrinas oficiais. As palavras do Evangelho, como “vós sois deuses” (João, 10:34), “o Reino de Deus está dentro de vós” (Lucas, 17:21),

“quem crê em mim fará as obras que faço e fará até maiores do que elas” (João, 14:12) vão sendo relegadas na passagem dos séculos.

A figura simples de Jesus de Nazaré também foi se apagando diante do Cristo *Pantocrator* – o governante, o rei, o todo-poderoso. E o ser humano sendo humilhado, ante um Deus encarnado. A referência certa para uma teocracia, formando-se uma elite sacerdotal que detinha o comando político dos povos.

O apagamento das chamadas *heresias*, com o desaparecimento dos textos originais da maioria dos ditos heresiarcas, aponta no sentido de que a história do cristianismo hegemônico foi distorcida, a ponto de só se traçar uma narrativa falseada, desinteressada da verdade histórica e comprometida com os dogmas, que sustentaram o poder instituído.

2. A fusão de *um* cristianismo com o Império romano, suas contribuições e o início das resistências

De uma comunidade primitiva – oriunda da Galileia, liderada pelo filho de um carpinteiro – onde segundo os Atos dos Apóstolos, “ninguém considerava exclusivamente seu o que possuía, mas tudo entre eles era comum” (Lucas, 4:32) – estruturou-se a partir do século IV, a Igreja que dominou a Europa durante mil anos. Houve uma assimilação sincrética entre cristianismo e paganismo, e entre organização do Império romano e hierarquias da Igreja católica. Quando Constantino convocou o Concílio de Niceia, organizou-o nos moldes do senado romano. O seu título (e de outros imperadores) de *Sumo Pontífice*, como chefe espiritual dos rituais romanos, mais tarde é transferido para o papa, sediado em Roma, a antiga capital do Império. Nos séculos IV, V e VI, a elite romana – senadores, patrícios, herdeiros de famílias tradicionais – convertiam-se ao cristianismo e já assumiam bispos. E então uma

parte inteira de seu livro, Johnson nomeia com o sugestivo título “de mártires a inquisidores” (Johnson, 2001).

A Igreja passou de uma minoria perseguida a uma instituição imensamente rica, amplamente endossada pelo Estado; seu clero, amplamente isento dos encargos, que se acumulavam cada vez mais sobre seus concidadãos. (...) A extrema opressão dos pobres pelo Estado e pelos ricos é indiscutível. A Igreja agora fazia parte da estrutura sociopolítica do Império opressor. Era verdadeiramente impossível para ela protestar contra instituições onipresentes, como a escravidão e o uso de tortura com propósitos judiciais. (HILLGARTH, 2004, p. 60).

Nesta Alta Idade Média, esgarçado o Império com as invasões dos povos bárbaros, e refugiando-se a população no campo, em plena economia feudal, o cristianismo católico foi conquistando as gentes, da península ibérica às terras nórdicas, com violência, conversões em massa, imposição de ritos – pregando o arrependimento dos pecados e aterrorizando com a ameaça da danação eterna. Bonifácio, por exemplo, concluiu seu trabalho de evangelização da Alemanha com uma machadada num carvalho sagrado dos germanos. É lendário que os pagãos faziam ali sacrifícios de crianças. Uma mentira recorrente nos séculos, para se incriminar grupos religiosos rivais.

Por outro lado, o monasticismo oferecia um abrigo diante da violência reinante por constantes invasões e conflitos. E aí também se guardou a cultura que se perdera, aí também se cultivou de certa forma uma vida comunitária, de despojamento e partilha, talvez lembrando as primeiras comunidades cristãs. Entre oração e trabalho – o *ora et labora* dos beneditinos – entre cânticos e manuscritos, nesse ambiente, algo do Jesus verdadeiro se cultivava e algo de bom se gestava. Hildegard von Bingen, a monja beneditina, compositora, profetiza, mística, poeta e praticante de medicina natural é um exemplo dos dons possíveis dos monastérios.

Na Baixa Idade Média, com a expansão dos burgos e o avanço do comércio, a saída para as Cruzadas e a fundação das universidades, prenuncia-se o Renascimento. Agitam-se os espíritos, aprofunda-se a teologia, com a escolástica, em que razão e fé se conjugam. E iniciam-se processos de resistência à Igreja, que se estendem por mais mil anos, até hoje. As resistências chamamos aqui, movimentos, ideias, lideranças, que buscam de alguma forma o retorno a um Jesus perdido, a um cristianismo original, a uma verdade manchada pelas instituições do poder religioso, um resgate, quase sempre negado, daquele pluralismo das interpretações iniciais sobre a mensagem do nazareno e uma vivência mais legítima de seus exemplos.

Antigas *heresias* voltam à tona. Cátaros e bogomilos restauram o dualismo gnóstico. Valdenses e lolardos promovem críticas às riquezas e ao poder da Igreja e arrastam multidões na França e na Inglaterra. Hussitas, que antecederam a Reforma, criam um movimento revolucionário, depois de Jan Hus ter sido queimado em 1415. A estrutura das perseguições contra esses *heréticos* era alimentada por calúnias, difamações humilhantes e morte.

Nos quadros, porém, da própria instituição católica, há os que por dentro dela querem ganhar maior proximidade com a simplicidade evangélica. Tais as ordens mendicantes. E aparecem intelectuais que se insurgem, que divergem, como Pedro Abelardo, Duns Scotus ou Guilherme de Ockham.

Depois, a Reforma, em seus contornos econômicos e políticos, com o capitalismo nascente e a formação dos Estados nacionais, faz um libelo contra os abusos do papado e mostra um impulso de volta a uma cristandade mais austera, apesar de suas ambiguidades. Seu estímulo à educação popular, pela necessidade da leitura da Bíblia, levou ao projeto de alfabetização do povo. Por outro lado, a exclusividade das fontes escriturais representa uma ruptura com toda a tradição filosófica

construída pela Igreja católica e, naquele momento histórico, a dissintonia com o humanismo e o florescer renascentista. Por dentro do próprio protestantismo, observa-se o mesmo fenômeno: surgem movimentos ensaiando reavivar os ensinos primeiros de Jesus ou ainda os primeiros momentos fervorosos e honestos da Reforma. Por exemplo, o pietismo na Alemanha; os quakers e os metodistas, na Inglaterra.

Tais referências demonstram que a história do cristianismo tem sido um processo de traição à verdade do Jesus histórico, de distorções de suas palavras e, por outro lado, de busca do seu espírito e do Reino de justiça, amor e verdade, por ele anunciado. São avanços e recuos e sempre renovados ensaios de retorno às origens, ainda que esses começos não sejam tão claros e tenham contornos imprecisos, pelo fato de que os próprios Evangelhos canônicos, que são considerados os mais fiéis à realidade, terem sido escritos décadas depois da morte de Jesus e por pessoas que não conviveram com ele. (Ver EHRMAN, 2006).

Entre todos os medievos, porém, é preciso citar em particular a figura de Francisco de Assis. Teria sido o maior dos heréticos se a Igreja não o tivesse assimilado. Mas se tivesse sido herético, sua história e suas sementes teriam sido apagadas. Francisco reinaugura o cristianismo de Jesus. Em meio a uma sociedade desigual, opressora e de autoflagelação, o Poverello traz leveza, alegria, humildade e amor aberto a todas as criaturas. Não acusa a Igreja com seu poderio e ostentação, mas vive de forma paupérrima para mostrar como Jesus ensinou a viver, ele que “não tinha onde reclinar a cabeça” (Mateus, 8:20). Não discute dogmas, mas canta a natureza e conversa com os pássaros. Não provoca uma revolução camponesa, ante a injusta sociedade feudal, mas renuncia a todos os bens de família e vai viver com os pobres, com os leprosos, com os excluídos. Não clama contra a violência das Cruzadas, mas passa pelos exércitos beligerantes e pratica o diálogo inter-religioso com o sultão Al-Malik al-Kamil. Em tudo exemplifica a vida e as palavras do

Cristo. Francisco salva Jesus dos formalismos, da obscuridade, das sombras medievais. Tem amigas mulheres, que o seguem e que o apoiam, como Jesus. Antes de serem enclausuradas pelas regras da Igreja medieval, as clarissas participavam das andanças com Francisco e seus amigos.

Nesse mundo em que aparece a família conjugal e agnática [patrilinear], mas na qual o antifeminismo continua fundamental e em que reina uma grande indiferença à criança, ele manifesta, por suas ligações com algumas mulheres próximas e em primeiro lugar Santa Clara, por sua exaltação do Menino Jesus na manjedoura de Grécio, sua atenção fraternal à mulher e à criança. (Le Goff, 2011, p. 38).

Por fim, escreve o *Cântico das Criaturas*, a primeira obra-prima em italiano nascente e sua vida, ainda hoje, 800 anos depois, inspira multidões. A verdade do Evangelho moldou um Francisco livre e libertador. A deturpação do Evangelho fez nascer a Inquisição, justo no mesmo tempo do Poverello.⁴

Entretanto, a assimilação de Francisco pela Igreja maquiou sua história. Em 1266, 30 anos depois de sua morte, “a vida de São Boaventura é imposta como única Vida canônica, e é ordenada a destruição de todas as biografias anteriores”. (Le Goff, 2011, p. 19).

3. O anúncio do Reino

Em torno de 100 vezes, a palavra *Reino* aparece nos Evangelhos de Mateus, Marcos, Lucas e João. Trata-se de um conceito central nas pregações de Jesus. Reino de Deus, Reino dos céus, Reino

⁴ O Tribunal do Santo Ofício foi criado oficialmente pelo Papa Gregório IX, em 1233, o mesmo papa que canonizou Francisco de Assis e Antônio de Lisboa.

simplesmente. Uma metáfora polissêmica – interpretada das formas mais extremas, de posições mais conservadoras às mais libertárias.

A teologia agostiniana da *Cidade de Deus*, que abriu as portas da Idade Média, entende o Reino como uma realidade metafísica, a partir da encarnação divina. Herdeiro renegado do maniqueísmo, seita cristã que frequentara na juventude, Agostinho ainda traz um dualismo impregnado em sua doutrina, que permaneceu de forma mais ou menos acentuada em quase todas as interpretações cristãs – embora seja de sua proposição a atenuante de que o mal não tenha substância. Justamente a parábola do trigo e do joio (Mateus 13:24-30) é central. Ele a cita e comenta extensivamente. Agostinho situa esse conflito ético entre escolhidos e condenados, dentro de um drama cósmico e histórico e coloca a vinda do Reino como um fim apocalíptico, no Juízo final.

Já nas doutrinas que foram renegadas, em favor da agostiniana, a de Arius e a de Pelágio, há uma ênfase na perfectibilidade e no esforço próprio do ser humano, aparentemente rompendo com essa lógica maniqueísta.

Orígenes (185-253), porém, um século antes de Agostinho, o primeiro teólogo cristão a fazer uma síntese grandiosa entre cristianismo e filosofia grega, sobretudo platônica, era reencarnacionista e previa a “salvação universal”, ou seja, não haveria condenação eterna para nenhuma alma, nem mesmo para o demônio. (Orígenes, 2012)

Orígenes teve seu pensamento condenado pelo II Concílio de Constantinopla (553), justamente por suas teses da pré-existência da alma e da *apocatástase* – teoria da salvação universal. Seus livros foram postumamente proibidos e desapareceram durante séculos. Perdia-se assim uma instância de autonomia, misericórdia e otimismo plenos nas ideias cristãs. Ao invés, permaneciam o medo do inferno e a submissão de todos à salvação condicional oferecida pela Igreja católica, com toda a sua estrutura de poder. O Reino interpretado por Orígenes seria um

Reino para toda a humanidade e para todo o mundo espiritual. Plenitude de salvação e felicidade.

Durante a Idade Média, Joaquim de Fiore (1135-1202) foi expoente de um milenarismo que anunciarava o Reino, como o futuro certo e próximo para a humanidade. Um paraíso terreno, sem hierarquias, sem poderes instituídos, com igualdade e fraternidade entre indivíduos e povos. Suas ideias precedem as libertárias e as dos socialismos utópicos.

Cecón (2021) dedica-se a desvendar o complexo e influente sistema histórico-teológico desenvolvido pelo abade cisterciense. Posiciona Joaquim não apenas como um místico ou um exegeta bíblico, mas como um filósofo da história, cujo pensamento representou uma ruptura radical com a visão agostiniana predominante na Idade Média. Em sua obra, argumenta que Joaquim propôs uma leitura dinâmica, progressiva e trinitária do devir histórico, cujo impacto ecoaria por séculos, influenciando movimentos como os espirituais franciscanos, messiânicos e até concepções modernas e seculares de história.

4. Hans Küng, Ernst Bloch, Frei Betto – visões do Reino

No século XX, com o avanço das pesquisas históricas sobre Jesus, houve aberturas e buscas por um entendimento mais amplo e radical a respeito da metáfora do Reino. Hans Küng, teólogo suíço, anuncia que: “*A essência do cristianismo não é algo dogmático abstrato, não é uma doutrina universal, mas sempre foi uma figura histórica viva: Jesus de Nazaré*”. (Küng, 2012)

Em *Jesus* (2012), Hans Küng se posiciona contra duas tendências: de um lado, o fundamentalismo que ignora a crítica histórica; de outro, um ceticismo radical que reduz Jesus a um mero pregador apocalíptico ou um revolucionário social, despojando-o de qualquer

significado transcendente. Para Küng, o Jesus da história e o Cristo da fé não são entidades separadas, mas duas dimensões da mesma realidade. A mensagem de Jesus, segundo Küng, não era primariamente sobre si mesmo, mas sobre o Reino de Deus.

Seguir a Jesus hoje não significa imitar superficialmente sua vida do século I, mas adotar sua causa: a do Reino de Deus, que é um projeto de humanização, justiça, paz e amor incondicional. Jesus é a medida crítica tanto para a Igreja quanto para a sociedade. A Igreja deve constantemente se reformar à luz do seu exemplo e mensagem.

Já Ernst Bloch, um filósofo marxista heterodoxo alemão, propõe em *Ateísmo no Cristianismo* (2009), lançado em 1968, uma das releituras mais radicais e provocativas da tradição bíblica. Sua tese central é que o núcleo genuíno da mensagem bíblica, particularmente hebraica, não é a afirmação de um Deus transcendente e opressor, mas sim uma corrente subterrânea de rebeldia ateísta e esperança utópica que visa à emancipação humana. Para Bloch, numa leitura dialética, a Bíblia é um documento de luta de classes ideológica, uma espécie de livro de protesto, que contém em seu interior a semente de sua própria negação.

Bloch interpreta Jesus de Nazaré como um profeta apocalíptico judeu. Sua mensagem central de que o Reino de Deus está próximo, é uma proclamação utópica e revolucionária. Este Reino não é um céu após a morte, mas uma transformação terrena e imanente da sociedade. As Bem-aventuranças são um manifesto de virada de mesa, a canonização dos excluídos. Jesus, assim como os profetas hebreus, ataca a religião oficial (a dos fariseus e saduceus) e seu legalismo, colocando o ser humano acima do sábado. A expulsão dos vendilhões do Templo é um ato de insurreição simbólica contra a fusão corrupta de religião e poder econômico.

Quase tão radical, quanto Bloch, porém ainda dentro do quadro teológico da Igreja católica, Frei Betto apresenta a ideia do Reino como

um projeto político, sem abandonar sua visão de transcendência. Diz ele:

Jesus veio manifestar a gratuidade do amor e do perdão de Deus. Veio incluir os excluídos, abençoar os amaldiçoados, dar vida onde havia sinais de morte, desmistificar o direito de propriedade e valorizar a socialização dos bens gerados pela natureza e produzidos pelo trabalho humano. Veio nos propor um novo projeto de sociedade, ao qual denominava Reino de Deus (em oposição ao reino de César), baseado em dois pilares: nas relações pessoais, o amor; nas relações sociais, a partilha dos bens da Terra e dos frutos do trabalho humano. (Frei Betto, 2022 – Edições Kindle)

Entretanto, com o pé na realidade da América Latina e ante o império norte-americano, Frei Betto se lança essa questão:

Ninguém é mais controverso na história humana do que Jesus de Nazaré. Nele se apoiam os fundamentalistas cristãos dos EUA, que defendem a índole imperialista da Casa Branca, e os militantes das Comunidades Eclesiais de Base da América Latina, de cuja prática brotou a Teologia da Libertação. Jesus é evocado por pastores neopentecostais que atribuem ao diabo mais poder do que a Deus, e por sacerdotes católicos que, em nome dele, condenam o capitalismo como intrinsecamente injusto. Qual a verdadeira face de Jesus? (Frei Betto, 2022 – Edições Kindle)

5. Entre a teologia da libertação⁵ e a teologia do domínio

Na segunda metade do século XX, deflagram-se dois movimentos opostos, antagônicos, que Frei Betto aponta no trecho acima: a *teologia da libertação*, de Gustavo Gutiérrez, Pedro Casaldáliga, Rubem Alves, Leonardo Boff, o próprio Frei Betto e tantos

5 Não foi assim chamada, como teologia da libertação, mas teve um caráter semelhante, o movimento dos espíritas kardecistas no Brasil e na América Latina, que entendiam que Jesus também trouxera um anúncio de um Reino de justiça. Ver a proposição de Herculano Pires no livro A construção do Reino, pensamento social de J. Herculano Pires. (Incontrí, 2023).

outros, que assume a opção preferencial pelos pobres e define o Reino como um clamor de justiça na sociedade, sem abandono da dimensão transcendente do Cristo. E o que se lhe opõe, com toda a estrutura imperialista dos Estados Unidos, que é a dita *teologia do domínio*, cada vez mais presente em todas as esferas públicas, inclusive brasileiras, um projeto claramente delineado, contra as pretensões igualitárias e progressistas da teologia da libertação, e a favor de um domínio cada vez maior de uma visão fundamentalista da Bíblia, rumo ao estabelecimento de uma teocracia. Define Boff:

O projeto fundamental de Jesus, é, portanto, proclamar e ser instrumento de realização do sentido absoluto do mundo: libertação *de* tudo o que estigmatiza: opressão, injustiça, dor, divisão, pecado, morte; e libertação *para* a vida, comunicação aberta do amor, a liberdade, a graça e a plenitude em Deus. (Boff, 2012, p.31)

Em *Caminhos para compreender a teologia do domínio*, (Pereira, 2025), o autor explicita todos os termos que fazem parte dessa investida cristã fundamentalista, que se conjuga com a extrema direita mundial. A meta é assumir plenamente a validade do Velho Testamento com seu punitivismo brutal, abolir o sistema público de escolas, para reconduzir as crianças à instrução religiosa em casa, negar a ciência, como possibilidade de verdade, abolir os direitos da mulher, reconduzindo-a à vida doméstica, tornar crime tudo o que não for heteronormativo e instituir um tribunal com execuções públicas, que incluem apedrejamento, forca e fogueira.

Essa é a interpretação do Reino, como projeto de poder, visível já há algumas décadas nas sociedades estadunidense e brasileira.

Teologia do domínio é um conjunto de crenças e práticas, surgido nos EUA em meados dos anos 1970, segundo o qual os cristãos devem assumir o domínio de cada esfera da sociedade, a fim de abrir caminho para a vinda o reino de Deus. (...) A ideia chave é a missão cristã de dominar a sociedade. (Pereira, 2025, p. 39).

As lutas entre fundamentalismo e aberturas se dão dentro da própria Igreja católica. Durante o pontificado de João Paulo II, Leonardo Boff foi silenciado e a *Opus Dei* ganhou evidência e apoio. Depois, com o Papa Francisco, deram-se avanços, porque o próprio Bergoglio vinha da América Latina e participara dos movimentos da teologia da libertação. No espírito despojado e comprometido com os oprimidos, Francisco I abriu-se para o diálogo com outras religiões, defendeu a causa ambiental (*Encíclica Laudato Si'*, 2015), defendeu os imigrantes e os excluídos (*Fratelli Tutti*, 2020).

Conclusão

Neste breve histórico, ficou evidente que a *mentira* foi usada como ferramenta de construção de poder baseado na noção de ortodoxia. A "verdade" cristã foi, em grande medida, moldada através da supressão violenta de narrativas alternativas.

O apagamento das vozes dissidentes, como a condenação do arianismo, do pelagianismo e do pensamento de Orígenes não foi apenas uma disputa teológica. Foi uma campanha de desinformação e difamação para eliminar concorrentes. A carta do bispo Alexandre é um manual de calúnias. A mentira aqui é manejada para desumanizar o oponente, justificando sua exclusão e, em muitos casos, sua eliminação física.

A fabricação de uma narrativa única deu-se a partir do Concílio de Niceia, desdobrando-se em outros concílios subsequentes. Esse primeiro concílio foi uma manobra política para unificar o império sob uma única fé. A história vitoriosa (a católica) foi escrita apagando deliberadamente as fontes da história derrotada (a ariana). A "verdade"

tornou-se, assim, a versão sancionada pelo poder, e não necessariamente a mais fiel aos ensinos originais de Jesus.

A mentira foi também usada para incriminar inimigos. A referência à lenda de que pagãos sacrificavam crianças, para justificar a destruição de seus templos (como o carvalho de Bonifácio), é um exemplo de "fake news" medievais. Criar uma mentira bizarra sobre o outro é uma tática eficaz para unir um grupo contra um inimigo comum e justificar a violência.

Afinal, o que mais se mostra é a mentira como distorção da figura e da mensagem de Jesus, que de profeta judeu passa a Deus imperial. A transformação de Jesus, o rabi judeu itinerante e crítico das elites, no *Cristo Pantocrator* (o Todo-Poderoso) da teologia imperial romana é uma distorção fundamental.

Tudo isso foi possível pela ocultação do Jesus histórico: A dificuldade de acessar o "Jesus real" por trás das camadas de teologia (Paulina) e dos evangelhos (escritos décadas depois e com agendas específicas) criou um campo fértil para interpretações interessadas. Grupos no poder podem selecionar e enfatizar certas passagens (como a submissão às autoridades em Romanos,13) enquanto ignoram outras mais radicais (como a condenação dos ricos e a partilha de bens). Essa escolha seletiva das escrituras é uma forma de desonestade intelectual.

E finalmente a teologia do domínio na relação com teologia da libertação é a encarnação atual da luta entre o projeto de poder religioso e a verdade histórica de Jesus. A teologia do domínio, como descrita, propõe a ideia de poder baseado em uma leitura fundamentalista e deliberadamente anacrônica da Bíblia, que ignora a crítica histórica e o contexto. Sua promessa de um "reino de Deus" estabelecido pela força e pela dominação política é uma mentira escatológica, que distorce a mensagem cristã para servir a uma agenda neoliberal, de extrema-direita.

As "fake News" são as calúnias medievais do bispo Alexandre potencializadas pelas redes sociais.

Assim, a relação entre cristianismo e mentira não é um acidente, mas uma tensão estrutural. Surge da disputa inevitável entre a mensagem radicalmente igualitária e libertadora de um profeta judeu do século I e a institucionalização dessa mensagem em uma estrutura de poder duradoura (a Igreja) e, posteriormente, em uma ferramenta ideológica.

O hoje se desdobra em duas direções possíveis: a implantação de uma teologia do domínio, com a instrumentalização das redes sociais, ou a resistência a partir de uma espiritualidade crítica, que inclua também uma espiritualidade ateia – mas que fale ao coração do povo, de forma plural, libertadora e inspiradora.

Numa cultura como a brasileira, fundada primordialmente sobre um cristianismo colonizador, há que se buscar o que é profundamente essencial na mensagem de Jesus, em diálogo com tradições não cristãs, que nos possa fazer caminhar para uma sociedade em que de fato sejamos libertados de toda a opressão, eliminando as mentiras que nos emaranham nas estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Ernst. *Atheismus im Christentum. Zur Religion des Exodus und des Reichs*: Gesamtausgabe in 16 Bänden, Band 14. Frankfurt, Suhrkamp, 2009.
- BOFF, Leonardo. *Jesus Cristo libertador*. 21^a edição. Petrópolis, Vozes, 2012.
- BRUNO, Giordano. *Acerca do infinito, do universo e dos mundos*. 3^a edição. Tradução Aura Montenegro. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- CESCON, Everaldo. *A concepção de história em Joaquim de Fiore*. Caxias do Sul, s.n., 2021.
- EHRMAN, Bart D. *O que Jesus disse? O que Jesus não disse?* Tradução Marcio Marciolino. SP, Prestígio, 2006.
- HILLGARTH, J. N. *Cristianismo e paganismo 350-750: A conversão da Europa Ocidental*. SP, Madras, 2004.
- INCONTRI, Dora. *A construção do Reino – o pensamento social de J. Herculano Pires*. Bragança Paulista, Comenius, 2023.
- JOHNSON, Paul. *História do cristianismo*. RJ, Imago, 2001.
- JOSEFO, Flávio. *História dos hebreus*. RJ, CPAD, 1990.
- KARDEC, Allan. *Obras póstumas*. SP, Edicel, 1971.
- KÜNG, Hans. *Jesus*. München, Pieper, 2012. (Edições Kindle)

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Tradução Marcos de Castro. 10^a edição. RJ, Record, 2011.

ORÍGENES. *Tratado dos princípios*. SP, Paulus, 2012.

PEREIRA, Eliseu. *Caminhos para compreender a teologia do domínio*. SP, Recriar, 2025.

TÁCITO, Cornélio. *Anais*. Lisboa, Edições Colibri, 2022.